



Banco Bandepe S.A.

CNPJ nº 10.866.788/0001-77

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco Bandepe S.A. (Bandepe) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Mercado de Atuação
O Bandepe Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2022 o lucro líquido apresentado no acumulado do período foi de R\$439 milhões,

correspondente a R\$122.392 por lote de mil ações e rentabilidade anualizada de 8,03% sobre o patrimônio líquido médio e retorno de 1,58% sobre os ativos totais médios. O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$5.537 milhões.

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totais atingiram R\$26.620 milhões, destacando-se R\$25.889 milhões por Títulos e Valores Mobiliários. Destaca-se no total de captações R\$20.717 milhões por Depósitos Interfinanceiros.

Auditoria Independente
A política de atuação do Bandepe na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o

auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

O Bandepe informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-embro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Ademais, O Bandepe confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 29 de março de 2023
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante e Não Circulante		26.620.285	28.975.653		21.083.764	23.566.181
Disponibilidades		-	561		20.716.730	23.372.820
Instrumentos Financeiros		26.302.776	28.679.658	10 e 14.c	20.716.730	23.372.820
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 e 5	414.081	48.272	11	266.936	182.715
Títulos e Valores Mobiliários	6	25.888.693	28.633.375	12	193.558	182.483
Outros Ativos Financeiros		12	11	11	278	218
Outros Ativos	8	228.383	217.119	11	73.100	14
Ativos Fiscais		89.126	78.314	7.b	100.098	10.646
Correntes		4.531	-		99.924	10.472
Diferidos		84.595	78.314		174	174
Investimentos		1	1		-	-
Outros Investimentos		1	1		-	-
Total do Ativo		26.620.285	28.975.653		26.620.285	28.975.653

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		4.787.689	191.525	381.831	2.421	6.022
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(3.011)	(6.022)
Lucro Líquido		-	-	-	-	149.017
Destinações:						
Reserva Legal	13.c	-	7.451	-	-	(7.451)
Juros sobre o Capital Próprio	13.b	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	20.783	-	(20.783)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	-	20.783	-	(20.783)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		4.787.689	198.976	423.397	(590)	5.409.472
Mutações no Exercício		-	7.451	41.566	(3.010)	(6.022)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		4.787.689	198.976	423.397	(590)	5.409.472
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(1.216)	(1.216)
Lucro Líquido		-	-	-	-	439.265
Destinações:						
Reserva Legal	13.c	-	21.963	-	-	(21.963)
Juros sobre o Capital Próprio	13.b	-	-	-	(311.000)	(311.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	53.151	-	(53.151)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	-	53.151	-	(53.151)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		4.787.689	220.939	529.699	(1.806)	5.536.521
Mutações no Exercício		-	21.963	106.302	(2.181)	-
Saldos em 30 de junho de 2022		4.787.689	198.976	422.992	(2.181)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	375	375
Lucro Líquido		-	-	-	-	214.670
Destinações:						
Reserva Legal	13.c	-	21.963	-	-	(21.963)
Juros sobre o Capital Próprio	13.b	-	-	-	(86.000)	(86.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	53.354	-	(53.354)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	-	53.353	-	(53.353)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		4.787.689	220.939	529.699	(1.806)	5.536.521
Mutações no Semestre		-	21.963	106.707	375	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
1. Contexto Operacional						
O Banco Bandepe S.A. (Bandepe), controlado pela Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), constituído na forma de sociedade anônima, opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento. As operações do Bandepe são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados entre as instituições são absorvidos entre as mesmas e realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.						
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Reestruturas Societárias						
a) Apresentação das Demonstrações Financeiras						
As demonstrações financeiras do Bandepe foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).						
O Bandepe é controlado pela Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), investimentos estes que totalizam o equivalente à 100% do Capital Social da do Bandepe (Nota 13.a). As normas do Bacen preveem a apresentação de demonstrações consolidadas, não obstante, o Banco Santander foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora.						
Os seguintes normativos entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020:						
• Resolução CMN nº 4.817/2020, que trata sobre critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto. O Bandepe já adota o procedimento estabelecido.						
• Resolução CMN nº 4.924/2021, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis. Dentre as principais alterações está a adoção de pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): (i) CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; (ii) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; (iii) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; (iv) CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; e (v) CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O Bandepe já adota estes pronunciamentos técnicos.						
• Resolução CMN nº 4.967/2021, que determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidência contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado. O Bandepe já adota os procedimentos estabelecidos.						
A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.						
A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF pelo Bandepe, estão contidas no Plano de Implementação do Conglomerado Santander.						
O Plano de Implementação dos referidos normativos no Conglomerado Santander está segregado em três pilares:						
(i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação;						
(ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e						
(iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.						
O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.						
A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. O Bandepe está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.						
A Instrução Normativa BCB nº 319/2022 revoga a partir de 1º de janeiro de 2023 a Carta-Circular nº 3.429/2010, que estabelece regras para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial, trazendo convergência à norma internacional IAS 37, cujo correspondente no Brasil é o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O Bandepe está avaliando impactos desta normativa.						
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, civis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.						
A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, na reunião realizada em 29 de março de 2023.						
b) Reestruturas Societárias						
Em 11 de maio de 2021, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") e o Banco Bandepe S.A. ("Bandepe") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações por meio do qual o Banco Santander adquiriu a totalidade da participação societária detida pelo Bandepe na Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing"), que corresponde a 21,42%, no valor de R\$1.231.959 (Um milhão, duzentos e trinta e um mil, novecentos e cinquenta e nove reais). Nessa operação o Banco Santander passou a ser o único acionista da Santander Leasing. Em 27 de maio de 2021, foi deliberada a incorporação da totalidade das ações do Bandepe pela Santander Leasing, a fim de converter o Bandepe em uma subsidiária integral da Santander Leasing ("Incorporação de Ações"). A incorporação de Ações resultou em um aumento do capital social da Santander Leasing de R\$ 5.365.189 (cinco bilhões, trezentos e sessenta e cinco milhões, cento e oitenta e nove mil), em razão da incorporação das ações de emissão do Banco Bandepe detidas pelo Banco Santander.						
3. Principais Políticas Contábeis						
a) Apuração do Resultado						
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, por rata dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.						
b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação						
As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Bandepe.						
c) Caixa e Equivalentes de Caixa						
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.						
d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez						
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados por rata dia.						
e) Títulos e Valores Mobiliários						
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme circular nº 3.068, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:						
I - títulos para negociação;						
II - títulos disponíveis para venda; e						
III - títulos mantidos até o vencimento.						
Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelos valores de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados por rata dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida.						
4. Caixa e Equivalentes de Caixa						
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020			
Disponibilidades		561	11.839			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	414.081	46.272	11.839			
Aplicações no Mercado Aberto	414.081	46.272	11.839			
Total	414.081	46.833	11.839			
As informações relativas a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais e saldos finais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.						
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez						
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021			
Até 3 Meses	Total	Total	Total			
Aplicações no Mercado Aberto						
Posição Bancada	414.081	414.081	46.272			
Letras do Tesouro Nacional - LTN	414.081	414.081	46.272			
Total	414.081	414.081	46.272			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
	Nota	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Receitas da Intermediação Financeira		1.644.127	2.972.136	1.209.235	1.209.235
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.644.127	2.972.136	1.209.235	1.209.235
Despesas da Intermediação Financeira		(1.309.632)	(2.366.280)	(1.022.882)	(1.022.882)
Operações de Captação no Mercado	14.c	(1.309.632)	(2.366.280)	(1.022.882)	(1.022.882)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		334.495	605.856	186.353	186.353
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(17.056)	(28.317)	8.607	8.607
Outras Despesas Administrativas	15	(1.773)	(3.172)	(2.070)	(2.070)
Despesas Tributárias	7.d	(21.860)	(39.386)	(12.704)	(12.704)
Resultado de Participações em Coligadas	9	-	-	16.629	16.629
Outras Receitas Operacionais	16	6.679	16.330	6.964	6.964
Outras Despesas Operacionais	17	(102)	(2.089)	(212)	(212)
Resultado Operacional		317.439	577.539	194.960	194.960
Resultado não Operacional	18.c	-	-	(28.177)	(28.177)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		317.439	577.539	166.783	166.783
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.c	(102.769)	(138.274)	(17.766)	(17.766)
Provisão para Imposto de Renda		(43.483)	(89.538)	(8.424)	(8.424)
Provisão para Contribuição Social		(36.434)	(53.914)	(11.257)	(11.257)
Ativo Fiscal Diferido		(22.852)	5.178	1.915	1.915
Lucro Líquido		214.670	439.265	149.017	149.017
Nº de Ações (Mil)	13.a	3.589	3.589	3.589	3.589
Lucro por Lote de Mil Ações (em R\$)		59.813,32	122.392,03	41.520,48	41.5



Banco Bandepe S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2021	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo em 31/12/2022
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	172	-	-	172
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis Venda	2	1	(1)	2
Total	174	1	(1)	174

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	31/12/2022		
	Diferenças Temporárias	Diferenças Temporárias	Diferenças Temporárias
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS
2023	17	14	3
2024	17	14	3
2025	17	14	3
2026	18	14	4
2027	18	14	4
Total	87	70	17

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Resultado Operacional antes da tributação	577.539	166.783
Alíquota (25% de Imposto de Renda e 21% de Contribuição Social)	(265.668)	(83.392)
Resultado de Participações em Coligadas (1)	-	-
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	7.459	5.512
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	168	-
Juros sobre o Capital Próprio	143.060	50.000
Efeitos da Diferença da Alíquota de CSLL (45% - 41%)	-	708
Ajustes CSLL 1% (2)	866	(139)
Ajustes Ajustes	(24.159)	1.231
Imposto de Renda e Contribuição Social	(138.274)	(17.766)

(1) No resultado de participações em coligadas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos.

(2) Majoração da alíquota da CSLL, a partir de agosto 2022 até dezembro 2022.

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Despesa de COFINS	24.234	7.454
Despesa com PIS	3.938	1.211
Atualizações de Impostos e Contribuições (1)	10.427	3.055
Outras	787	984
Total	39.386	12.704

(1) Inclui atualizações das provisões para o PIS e COFINS da Lei 9.718/1998.

8. Outros Ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Devedores por Depósitos em Garantia	220.807	215.930
Para Interposição de Recursos Fiscais	-	281
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	235	235
Pagamentos a Ressarcir	123	175
Outros Valores e Bens	7.218	498
Outros (1)	228.383	217.119
Total	7.341	672
Circulante	221.042	216.447
Não Circulante		

(1) Inclui principalmente saldo de depósito judicial.

9. Participações em Coligadas

Investimento	31/12/2022		
	Atividade	Ações Ordinárias	Participação Direta
Santander Leasing	Leasing	-	0,00%

Investimento	Resultado da Equivalência Patrimonial		
	Valor dos Investimentos	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Santander Leasing (1)	-	-	16.629

(1) A transação de alienação está descrita na nota 2(b).

10. Depósitos

	31/12/2022		31/12/2021	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros	239.936	20.476.794	20.716.730	23.372.820
Total	239.936	20.476.794	20.716.730	23.372.820

11. Outros Passivos

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 12.b)	193.558	182.483
Provisão para Pagamentos a Efetuar Sociais e Estatutárias	278	218
Outras	73.100	-
Outras	-	14
Total	266.936	182.715
Circulante	258.887	1.471
Não Circulante	8.049	181.244

12. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

a) Ativos Contingentes
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.h).

b) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	Cíveis		Fiscais	
	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Saldo Inicial	-	-	182.483	178.341
Constituição Líquida de Reversão	12	-	113	(51)
Atualização Monetária (1)	-	-	11.182	4.193
Baixa por Pagamentos	(12)	-	(220)	-
Saldo Final	-	-	193.558	182.483
Depósitos em Garantia - Outros Créditos (2)	-	-	184.598	174.170
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	1.098	1.000

(1) Registrados em despesas tributárias e outras receitas/despesas operacionais.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor das ações provisionadas e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

c) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

PIS e COFINS - R\$184.321 (31/12/2021 - R\$173.894): O Bandepe ajuizou medida judicial visando afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e COFINS para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e COFINS apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

d) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, avaliados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações de natureza tributária com classificação de perda possível totalizaram R\$ 34,4 milhões. O principal processo de natureza tributária se refere a autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, pretendendo a exigência de PIS e COFINS sobre receitas que não decorrem da atividade preponderante da empresa, contrariando assim o novo texto legal trazido pela Lei Federal nº 12.973/2014. Em 31 de dezembro de 2022, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$ 14,9 milhões.

13. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, é composto por 3.589 mil ações ordinárias, respectivamente, todas nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Em Milhares de Reais	Reais por Ação Ordinária	Em Milhares de Reais	Reais por Ação Ordinária
Bruto	175.000	48,76	175.000	48,76
IRRF	26.250	7,05	26.250	7,05
Líquido	148.750	41,71	148.750	41,71
Juros sobre Capital Próprio (1)	50.000	13,93	50.000	13,93
Juros sobre Capital Próprio (2)	86.000	23,96	86.000	23,96
Juros sobre Capital Próprio (3)	311.000	86,65	311.000	86,65
Total	46.650	264,350	46.650	264,350

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2022, O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio pagos em 29 de julho de 2022 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2022, O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio pagos em 31 de março de 2022 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 30 de dezembro de 2022, O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio pagos em 28 de fevereiro de 2023 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Em Milhares de Reais	Reais por Ação Ordinária	Em Milhares de Reais	Reais por Ação Ordinária
Bruto	100.000	27,86	100.000	27,86
IRRF	15.000	4,13	15.000	4,13
Líquido	85.000	23,73	85.000	23,73
Juros sobre Capital Próprio (1)	100.000	27,86	100.000	27,86
Total	100.000	27,86	100.000	27,86

(1) Em 14 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, e o pagamento foi efetuado em 16 de dezembro de 2021.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações do Bandepe e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

14. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Bandepe realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos Administradores para o ano de 2022, no valor máximo de R\$10 mil. O Bandepe é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander. O Bandepe não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Participação Acionária

O Bandepe é controlado pela Santander Leasing S.A. que possui participação acionária direta de 3.589 mil ações ordinárias equivalentes a 100,00% do capital social.

DIRETORIA

Diretor Presidente
Luiz Masagão Ribeiro Filho

Diretor Vice-Presidente
Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Aguiar Neto

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos
Alexandre Guimarães Soares

Ramón Sanchez Díez

Reginaldo Antonio Ribeiro

Contador
Diego Santos Almeida - CRC nº 1SP316054/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas

Banco Bandepe S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bandepe S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bandepe S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações no Mercado Aberto (1)	414.081	46.272	40.418	13.048
Banco Santander (Brasil)	414.081	46.272	40.418	13.048
Títulos e Valores Mobiliários	25.229.824	28.633.375	387.137	1.195.897
Santander Fundo de Investimento	-	-	-	-
Diamantina Multimercado Crédito Privado	25.229.824	28.633.375	387.137	1.180.864
Santander Hermes Multi Créd Priv Infra	-	-	-	-
Fundo de Investimento	-	-	-	14.109
Santander Fundos de Investimentos	-	-	-	-
Amazonas Multimercado	-	-	-	924
Depósitos Interfinanceiros	(20.716.730)	(23.372.820)	(2.366.280)	1.022.882
Banco Santander (Brasil)	(20.716.730)	(23.372.820)	(2.366.280)	1.022.882
Valores a Pagar Sociedades Ligadas (2)	-	-	(256)	(234)
Banco Santander (Brasil)	-	-	(256)	(234)

(1) Em 31 de dezembro de 2022, estão compostos por aplicações no mercado aberto com vencimento em até 3 meses no valor de R\$414.081 (31/12/2021 - R\$46.272).

(2) As despesas referem-se a despesas administrativas Convênio Operacional.

15. Outras Despesas Administrativas

|--|